

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS – 29/09/2021

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2021, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do segundo quadrimestre de 2021, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumpre informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunções publicadas no segundo quadrimestre de 2021.

1 - RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias.

Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período do segundo quadrimestre de 2021, o resultado primário foi de R\$ **16.770.273,36**. Esse valor é superior ao valor inicialmente previsto de R\$ 500.000,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções

para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de

QUADRO 1 - RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% B/A)
Receitas Correntes	84.008.343,67	63.669.927,39	75,79
(-) Rendimentos de Aplicações	4.533.103,78	605.601,56	13,36
(-) Outras Receitas Financeiras	66.420,00	36.509,38	54,97
1 (=) Receitas Primárias Correntes	79.408.819,89	63.027.816,45	79,37
Receitas de Capital	1.354.213,49	542.674,77	40,07
(-) Operações de Crédito	-	-	
(-) Amortização de Empréstimos	370.884,24	347.452,22	93,66
2 (=) Receitas Primárias de Capital	983.229,25	195.222,55	19,86
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	80.392.049,14	63.223.039,00	78,64
DESPESA (Pagas)	Previsão Atualizada (A)	Realizada Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	81.454.809,11	42.748.363,21	52,48%
(-) Juros e Encargos da Dívida	130.000,00		
4 (=) Despesas Primárias Correntes	81.324.809,11	42.748.363,21	
Despesas de Capital	8.102.650,05	3.704.402,43	45,72
(-) Concessão de Empréstimos			
(-) Amortização da Dívida	170.100,00		
5 (=) Despesas Primárias de Capital	7.932.550,05	3.704.402,43	46,70
Reserva de Contingência	4.626.628,89		
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	93.883.988,05	46.452.765,64	49,48
7 Resultado Primário (3B – 6B)		16.770.273,36	

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças. (RREO Anexo 6)

2 - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA .

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 94.807.557,16. A receita efetivada até o 2º quadrimestre 2021 foi de R\$ 68.657.043,17, tendo sido arrecadado, portanto, 72,42% da meta anual.

O total das receitas Correntes realizadas corresponderam a R\$ 63.772.211,19 que atingiu o percentual de realização equivalente a 69,02% da programação anual. As receitas de capital alcançaram 440.390,97 que corresponde a 32,48% do previsto.

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA				
Discriminação	Previsão Anual (A)	NO QUAD	ATÉ O QUAD (B)	% (B/A)
1 – Receitas Correntes	92.400.196,36	34.968.445,06	63.772.211,19	69,02
Receita Tributária	15.630.067,59	7.471.287,49	11.604.049,08	74,24
Receita de Contribuições	3.938.822,07	1.690.454,60	2.915.553,25	74,02
Receita Patrimonial	4.535.833,78	476.936,64	684.758,66	15,10
Receita de Serviços	147.171,34	84.886,69	114.628,92	77,89
Transferências Correntes	67.359.646,36	24.887.255,55	48.032.636,78	71,31
Outras Rec. Correntes	788.655,22	357.624,09	420.584,50	53,33
2 – Receitas de Capital	1.355.713,49	245.942,49	440.390,97	32,48
Alienação de Bens	440.187,74	16.275,39	49.754,99	11,30
Amort. de Empréstimos	370.984,24	194.293,10	346.608,87	93,43
Transfer. De Capital	544.541,51	35.374,00	44.027,11	8,09
3 - Receitas Intraorçamentárias	9.445.000,00	2.421.969,55	4.444.441,01	47,06
4 (-) Deduç. da Receita	8.393.352,69			
Total da Receita	94.807.557,16	37.636.357,10	68.657.043,17	72,42

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA.

Considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, o total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 57.211.179,84 correspondendo a 58,11% da projeção. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 47.671.931,80, correspondendo a 58,53% da previsão. As despesas de capital totalizaram R\$ 4.217.838,57, que corresponde a 48,30% do total projetado para o exercício.

QUADRO 3 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Despesas Orçamentária	Previsão Atualizada (A)	Real. no QUAD	Real até o QUAD (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	81.454.809,11	23.825.598,01	47.671.931,80	58,53
Pessoal e Encargos Sociais	48.985.832,28	14.284.905,00	27.494.055,68	56,13
Juros e Encargos da Dívida	130.000,00	-	-	-
Outras Despesas Correntes	32.338.976,83	9.540.693,01	20.177.876,12	62,39
Despesas de Capital	8.732.586,53	3.496.478,14	4.217.838,57	48,30
Investimentos	7.834.117,07	2.820.672,02	3.499.314,45	44,67
Inversões Financeiras	728.369,46	675.806,12	718.524,12	98,65
Amortização da Dívida	170.100,00	-	-	-
Reserva de Contingência	966.628,89	-	-	-
Despesas Intraorçamentárias	7.299.027,49	2.640.993,17	5.321.409,47	72,91
(2) Despesa Total	98.453.052,02	29.963.069,32	57.211.179,84	58,11

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

QUADRO 4 - DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF				
PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	42.651.302,27	46,49	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	1.223.847,16	1,34	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	43.875.149,43	47,83	57%	60%

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 11.283.602,81 sendo o Município superavitário do FUNDEB. Assim, o **ganho PLUS** foi **deduzido** nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites que correspondente a R\$ 6.973.217,09 e a dedução dos rendimentos correspondente a R\$ 53.779,14, assim a aplicação na Manutenção e desenvolvimento do Ensino com as deduções equivale a R\$ 4.256.606,58 o que corresponde a 9,51% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município não atendeu no período o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

QUADRO 5 - RECEITAS E DESPESAS - MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO			
RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	55.095.621,30	44.735.874,91	81,20
Receitas de Impostos	13.136.357,83	10.180.851,33	77,50
Receitas de Transferências Constitucionais	41.959.263,47	34.666.665,01	82,62
DEDUÇÕES		111.641,43	
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)		11.183.968,73	
DESPESAS MANUT E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizada (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ADMINISTRAÇÃO GERAL (20)	1.218.500,00	424.313,46	
FORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS (20)		1.669,20	
ENSINO FUNDAMENTAL (20)	11.265.797,02	1.321.615,10	
EDUCAÇÃO INFANTIL (20)	9.193.000,00	1.162.036,28	
EDUCAÇÃO ESPECIAL (20)		233.836,88	
FORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS (31)			
ENSINO FUNDAMENTAL (31)	8.951.297,02	5.100.799,01	
EDUCAÇÃO INFANTIL (31)	6.639.000,00	2.859.887,61	
EDUCAÇÃO ESPECIAL (31)		179.445,27	
		11.283.602,81	
(-) Ganho com o FUNDEB	- 8.036.163,99	- 6.973.217,09	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras		- 53.779,14	
TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB	28.494.961,01	4.256.606,58	9,51

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$ 5.732.241,56, o que corresponde a 12,81% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, descumprimento no período do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

QUADRO 6 - REC E DESPESAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	55.095.405,55	44.735.874,91	81,20
Receitas de Impostos	13.136.142,08	10.180.851,33	77,50
Receitas de Transferências Constitucionais	41.959.263,47	34.666.665,01	82,62
TOTAL DAS RECEITAS		111.641,43	
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)		6.710.381,24	
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizadas (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ATENÇÃO BÁSICA	6.637.104,83	1.269.830,41	19,13
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.418.229,44	2.540.147,67	57,49
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.133.732,79	539.850,92	47,62
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	180.450,00	50.522,21	28,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	461.098,98	75.255,08	16,32
ADM GERAL	2.242.050,00	1.292.303,85	57,64
(-) DEDUÇÕES modalidade 71- CISA		- 26.684,89	
(-) DEDUÇÕES desp com rendimentos		- 8.983,69	
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS	15.072.666,04	5.732.241,56	12,81

4. RESULTADO NOMINAL

4.1 Análise da Dívida Pública - Resultado Nominal

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ **18.816.530,26**, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, consequentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA/RESULTADO		
Especificação	Saldo 31/12/2020 (A)	Saldo em 31/08/2021 (B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.733.777,66	1.545.275,23
DEDUÇÕES (II)	24.249.131,84	42.877.159,67
Disponibilidade de Caixa	23.569.620,85	41.917.667,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.036.841,51	42.088.589,56
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) (III)	1.467.220,66	170.922,30
Demais Haveres Financeiros	679.510,99	959.492,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (IV) = (I - II)	- 22.515.354,18	- 41.331.884,44
RESULTADO NOMINAL - abaixo da linha (V) = (IVa - IVb)	-	18.816.530,26

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL do Executivo não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do exercício em análise a Administração Municipal cumpriu plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira atendidos, evidenciando, assim, a desnecessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Três Passos, 28 de setembro de 2021.

Marlise Cristina Schlemmer Senger
Contadora CRC/RS 68240

Lovani Salete Poll
Secretária Municipal de Finanças